



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

*Discurso por ocasião da cerimônia de
Sanção da Lei que dispõe sobre o
Sistema Financeiro Imobiliário*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 20 DE NOVEMBRO DE 1997

Senhores relatores do projeto, Senador Lobão, Deputado José Chaves, Senador Fernando Bezerra; Senhor Presidente da Caixa Econômica, Dr. Cutolo; Senhores Deputados que se ausentaram da frente parlamentar de habitação, e se ausentaram bem, porque foram votar; daqui a pouco, o José Chaves vai correr lá; Senhoras e Senhores,

Creio que o Ministro Kandir expôs, de uma maneira didática, clara, coerente, os objetivos dessa lei. A coincidência de tê-la promulgado hoje, no dia seguinte a uma decisão muito forte do Congresso Nacional, realmente, chama a atenção. Primeiro, para aquilo que é fundamental num país em fase de grandes transformações como o Brasil, que é a harmonia entre os Poderes e do Governo com a sociedade. Sem isso, o Brasil não teria podido fazer o que está fazendo – uma grande transformação. Quero sublinhar esse fato.

O Ministro Kandir já mencionou aqui, e eu me recorde de que o Mário Henrique Simonsen foi um dos batalhadores por esse tipo de medida. E cito o Mário Henrique Simonsen porque é um nome de respeito coletivo no Brasil, mas eu poderia citar inúmeros dos senhores

aqui presentes, dos deputados da frente de habitação, alguns dos que estavam aqui e se ausentaram, outros que permanecem aqui, para mostrar que houve, realmente, um anseio nessa direção.

E o fato de o Congresso ter respondido a essa matéria com presteza – cinco meses, em termos de Congresso, é um tempo mínimo, em qualquer lugar do mundo, não é só aqui – mostra que, realmente, nós estamos com a sensibilidade afinada para os objetivos nacionais.

Não me estenderei muito, porque o Ministro Kandir expôs, de uma maneira absolutamente clara, os objetivos. Os senhores os conhecem bem e o País se tornará, cada vez mais, conhecedor da matéria e participe desse esforço.

Mas é importante dizer que, realmente, essa harmonia tem presidido as relações no Brasil. Isso é que faz a diferença. Isso é que marca a diferença. Nunca mais se falou em governabilidade entre nós. Até há pouco tempo, isso era um tema obsessivo, precisava ter governabilidade. A governabilidade é essa convergência. Convergência não quer dizer unanimidade, não quer dizer inexistência de crítica, não quer dizer oposição, mas quer dizer a sensibilidade para as questões quando elas são, realmente, de interesse maior, interesse do país, interesse do público. E isso nós temos conseguido no Brasil.

A decisão de ontem, do Congresso, foi uma decisão marcante pelo número expressivo dos que votaram a favor. E acho que uma decisão como a de ontem deveria ter sido aprovada por unanimidade. Os que não se juntaram a essa imensa maioria vão pagar o preço histórico de não ter entendido o momento do Brasil e vão pagar o preço eleitoral também, porque se enganam os que pensam que a oposição sistemática, a crítica vazia, leva a apoio popular. Não leva, não. O povo sente quem está sintonizado com ele, mesmo quando toma medidas duras, quando são necessárias e não perdoa quando não se as toma. Porque aí percebe que há interesse eleitoreiro ou interesse menor.

Mas não é dia de nós estarmos nos queixando, é dia de nós estarmos jubilosos pela decisão de hoje, pela promulgação dessa lei, e pelo fato de que o Brasil tem sabido enfrentar dificuldades com galhardia e sem soberba, aceitando as circunstâncias e se auto-limitando nos seus ansei-

os de crescimento, mas não perdendo o rumo, nem perdendo a convicção, que foi expressa pelo Ministro Kandir, de que todas as medidas de contenção têm que ser compensadas, não em termos de atender interesses específicos, mas compensadas em termos da continuidade de um grande projeto de crescimento desse país. Isso é fundamental e isso não será feito se nós não formos, também, sensíveis às demandas do empresariado, dos consumidores e do povo em geral.

Conseguiremos, na medida em que pudermos avançar nessa direção, na medida em que pudermos manter, como manteremos, a nossa expectativa de um crescimento sustentado da economia brasileira. Eu sempre me revoltei contra improvisados calculistas do futuro, que começam a avaliar: Ah, o ano que vem vai ser tanto ou quanto. Aqui, me recordou o Vice-Presidente Marco Maciel que, no Brasil, pode ser que o otimista se equivoque, mas o pessimista já começa errado. E é verdade isso. Nós não temos que começar com apostas pessimistas porque já estamos errados. Quem fizer aposta pessimista vai perder. É melhor pecar por otimismo porque motiva, do que imobilizar por pessimismo. E não há nenhuma razão aqui, senão para nós mantermos o nosso otimismo sem exageros, mas otimismo.

O Brasil vai crescer no ano que vem, não tenho dúvidas quanto a isso, porque o País precisa crescer e, por saber que precisa crescer, ele está tomando as medidas necessárias, ainda que duras, para permitir que esse crescimento se realize.

E, no caso desta lei, ela vai ajudar, sem dureza, que o crescimento se mantenha. Os números são expressivos, não preciso repeti-los. Evidentemente, na medida em que nós formos capazes de superar as contingências que levaram à subida da taxa de juros, mais depressa haverá a retomada de uma atividade econômica favorável ao povo. E nós estamos todos empenhados nisso, mas sem promessas e com realismo, sem arriscar aquilo que nós não podemos arriscar, que é o interesse coletivo, que são as conquistas do nosso país, que estão aí visíveis a olho nu e o povo sente. É essa questão: liberdade e bem-estar são um pouco como o oxigênio, só se sente quando acaba. Quando começa a ameaçar que vai acabar, você sente: ah, mas estava bem. Antes ninguém nem percebia.

Percebe-se que estava bem e se volta logo a querer a continuidade daquilo que estava bem. Nós vamos continuar com aquilo que está bem e o que está bem é esse clima de trabalho, de confiança, de transparência das decisões, de firmeza e de harmonia.

De modo que eu felicito os senhores e o País por termos chegado, em conjunto, a essas medidas, mas eu acho que hoje cabe o agradecimento muito especial ao Congresso Nacional, que tem sabido corresponder às expectativas do povo brasileiro.

Muito obrigado aos senhores e aos relatores em especial.